



ALECE

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ

MEMORIAL DEPUTADO PONTES NETO

REVISTA PLENÁRIO: INFORMAÇÃO E ARTE!

A comunicação social cumpre um papel imprescindível para o fortalecimento do Poder Legislativo, especialmente no contexto de parlamento aberto, ao informar sobre suas atividades, promovendo a transparência e facilitando o diálogo entre os parlamentares e os cidadãos. Uma comunicação eficaz corrobora com a legitimidade do processo legislativo e aumenta a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

A Revista Plenário se consolidou como um importante instrumento da Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, exercendo não apenas o papel de testemunha, mas também de narradora dos acontecimentos, debates, decisões importantes e construção de políticas que impactaram diretamente na vida dos cearenses. Quantos escreveram

e escrevem essa história? História escrita no dia a dia dos mais diferentes setores da Assembleia.

No ano em que se comemora os 190 anos do Ato Adicional que transformou os Conselhos Gerais em Assembleias Provinciais, precursoras do Poder Legislativo, personagem principal das mudanças e da evolução de nossa sociedade, o Memorial Deputado Pontes Neto apresenta a exposição “**Revista Plenário: Informação e Arte!**” e convida você a mergulhar na origem desse importante veículo de comunicação que registrou, ao longo de seus 28 anos, a história da Assembleia, trazendo informação e arte.

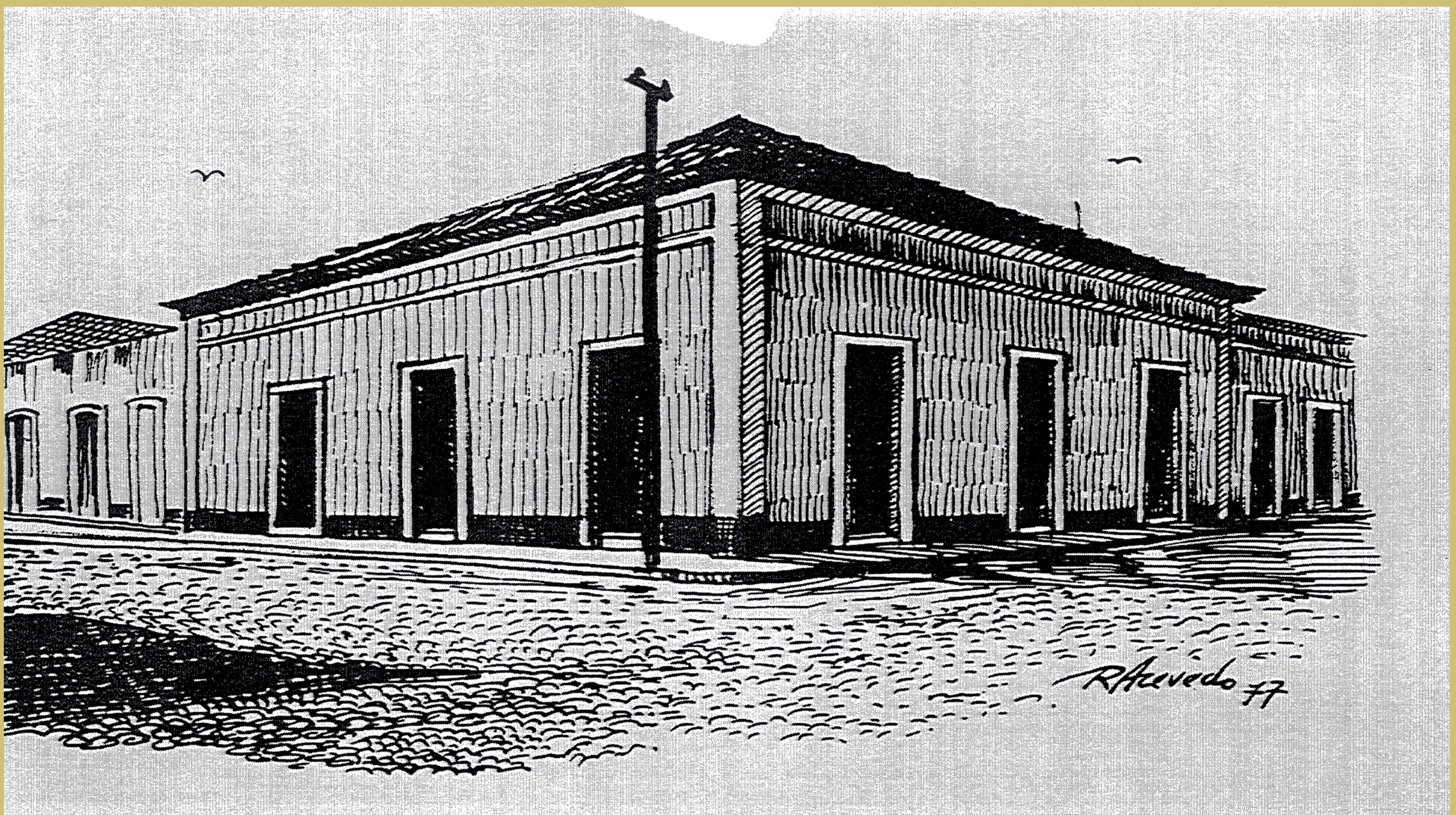
Vamos passear pela história, reencontrar pessoas, conhecer objetos de outra era e rememorar fatos que nos possibilitem compreender o momento presente.

7 DE ABRIL DE 1835

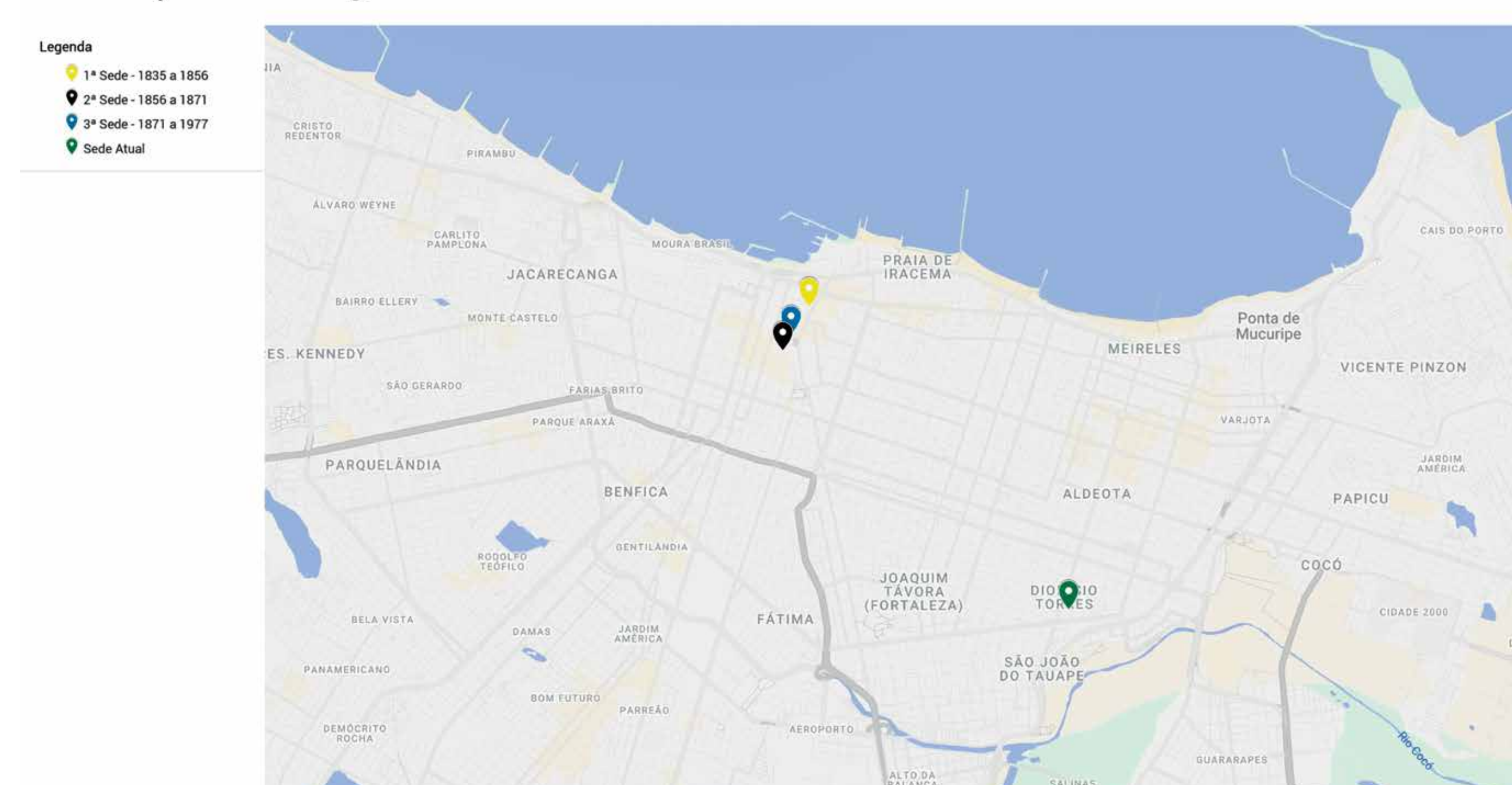
Início dos trabalhos da Assembleia Provincial do Ceará

A lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, também conhecida como Ato Adicional, foi uma medida legislativa tomada durante a Regência Trina Permanente, que foi responsável, entre outras coisas, por transformar os Conselhos Gerais de Províncias em Assembleias Legislativas Provinciais.

No Ceará, a instalação da Assembleia Provincial ocorreu apenas no ano seguinte à promulgação do Ato, em 1835. A sessão legislativa foi conduzida pelo então presidente da província, o senador José Martiniano de Alencar.



Localização das Antigas Sedes da Alece e da Atual



1ª Sede da Assembleia Legislativa Provincial, local onde ocorreu a 1ª sessão

Mapa com localização das sedes da Assembleia

13 DE MAIO DE 1977

PALÁCIO ADAUTO BEZERRA

O conjunto arquitetônico Palácio Deputado Adauto Bezerra foi inaugurado em 13 de maio de 1977 para abrigar a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que se transferiu da sua antiga sede, o Palacete Senador Alencar, onde permaneceu por mais de 100 anos. O programa oficial de inauguração da nova sede transcorreu em dois dias, registrando a presença do então Presidente da República, Ernesto Geisel.

O Projeto arquitetônico foi assinado pelos arquitetos José da Rocha Furtado e Roberto Martins Castelo, que foram

influenciados pelo estilo da escola paulista, liderada por Vilanova Artigas. A construção do edifício no terreno obedeceu a pressupostos modernos urbanísticos, privilegiando a visualização do conjunto arquitetônico sem barreiras visuais e físicas.

Ao longo de seus quase 47 anos, a atual sede da Assembleia ganhou novos espaços com a construção do Complexo das Comissões e dos Anexos para realizar as atividades relacionadas ao Legislativo e se adaptar às demandas dos parlamentares, assim como proporcionar melhor qualidade dos serviços oferecidos à população.



Inauguração do Palácio
Dep. Adauto Bezerra



Sede atual da Assembleia,
destacando o Plenário 13 de Maio



Anexo I - Edifício
Senador César Cals,
inaugurado em 2006



Anexo II - Edifício Deputado
José Euclides Ferreira
Gomes, inaugurado em 2012

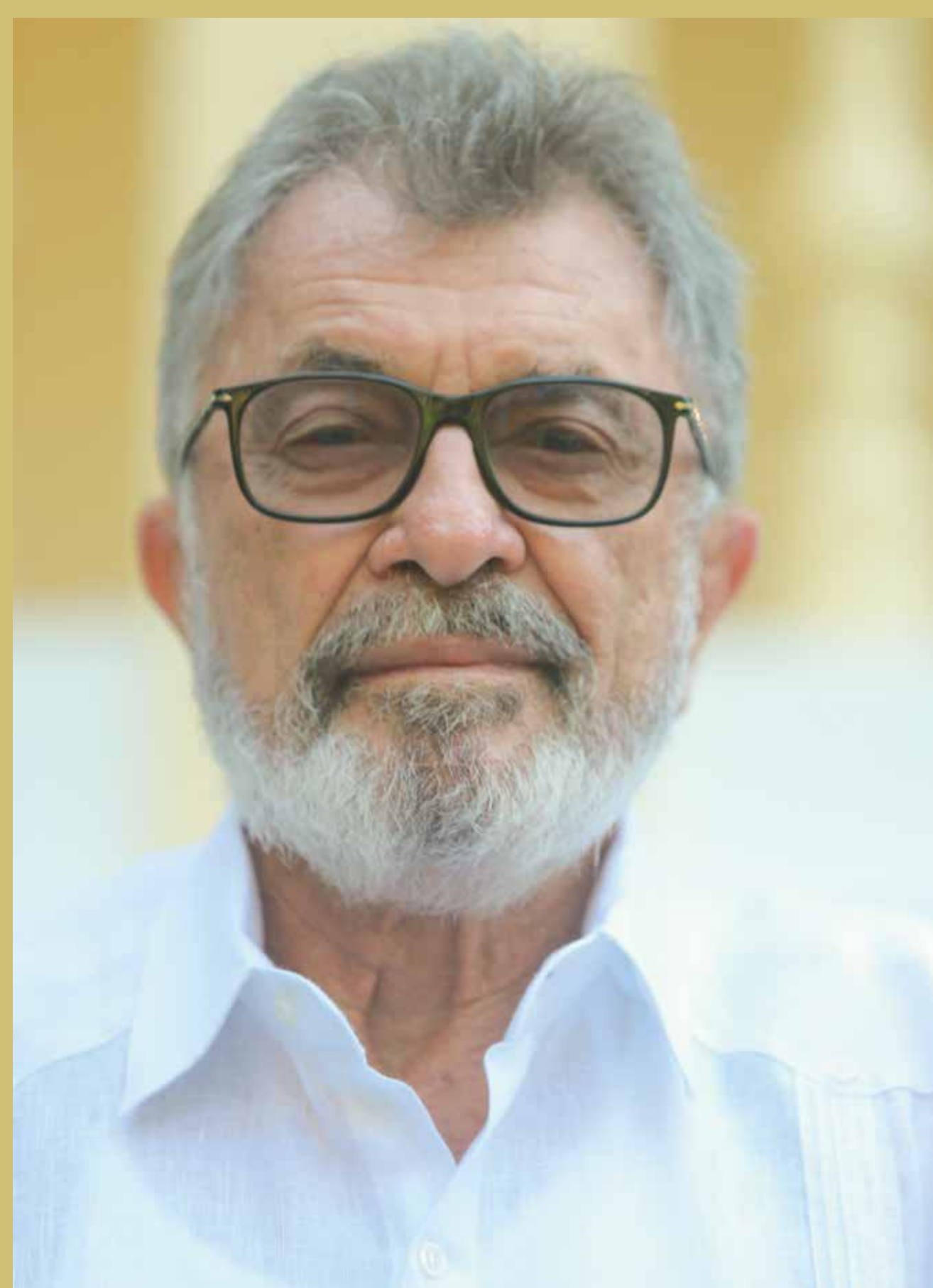


Anexo III - Edifício
Deputado Francisco das
Chagas Albuquerque,
inaugurado em 2021

SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO

Abril de 1996

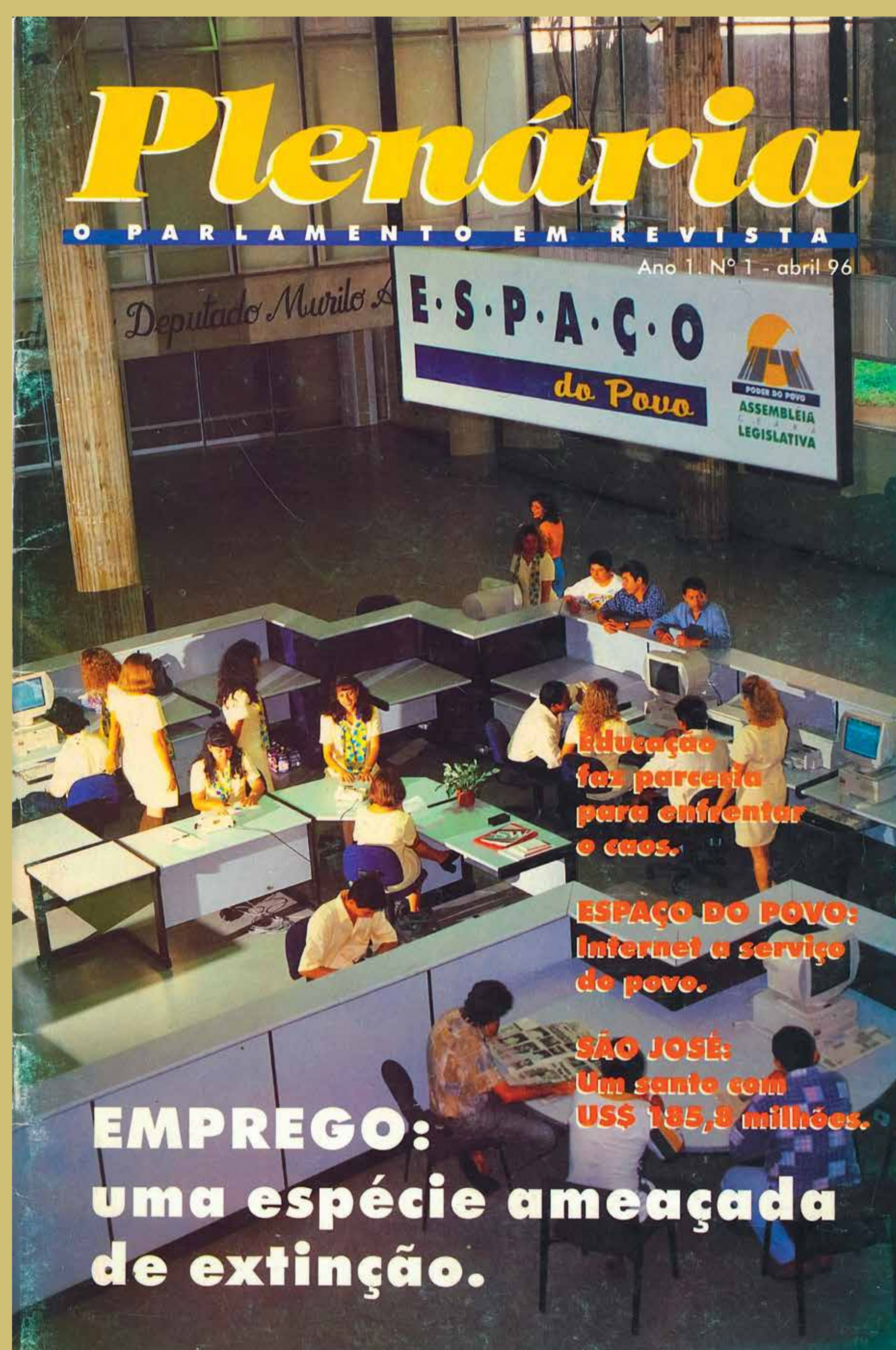
A revista Plenário teve seu primeiro número lançado, à época ainda intitulada de “Plenária”, e foi idealizada por Eudoro Santana, então presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – INESP.



Eudoro Santana,
idealizador da
Revista Plenário

O nascimento da revista é fruto de um processo de modernização da Assembleia, conduzido pelo então presidente da Casa, Deputado Cid Gomes, com a finalidade de consolidação do Poder Legislativo. A proposta de criação da revista trouxe como filosofia editorial o novo papel do parlamento: ser um veículo de informação e debate, além de um espaço para a difusão de temas que levem a um maior fortalecimento da representação popular.

A edição inaugural da revista trouxe como matéria de capa o mercado de trabalho e desemprego, além das que cobriam as atividades da Assembleia, tais como entrevistas com parlamentares e notícias sobre projetos de lei. Destaca-se também matéria sobre os serviços oferecidos à população.



1ª edição da Revista Plenário

A revista contava, então, com um Conselho Editorial, responsável pela definição das pautas que eram, sobretudo, voltadas às atividades legislativas.



Em 1997, a revista é incorporada à Coordenadoria de Comunicação Social, a qual iniciou um trabalho no sentido de aproximar cada vez mais a população do Parlamento estadual, informando sobre todas as ações dos deputados e do legislativo, sendo um elo fundamental entre a imprensa cearense, o Parlamento e a sociedade.

Em meados dos anos 2000 a revista experimentou uma reestruturação, passando a contar com uma equipe de jornalistas com dedicação exclusiva. As pautas ganham maior abrangência, cobrindo não apenas o plenário, mas também assuntos de relevância social, tais como meio ambiente, seca, saúde, educação e religiosidade.

A identidade visual é reformulada, a capa ganha um design dinâmico, o interior da revista passa a contar com um layout mais moderno, páginas coloridas, contrastando com

os primeiros números, e as fotografias das matérias recebem mais destaque.

Com o advento das redes sociais, a revista amplia a sua área de atuação, produzindo conteúdo e disponibilizando suas matérias em novos formatos. No ano de 2021 a equipe desenvolveu a produção de “webdocs”, que consistem em informações adicionais às matérias da revista, disponibilizados no Youtube. Em parceria com a rádio FM Assembleia, passou a disponibilizar suas matérias nas plataformas de “streaming” e de “podcasts”.

Em paralelo às edições periódicas da Plenário, a equipe vem desenvolvendo produções especiais em conteúdo multimídia desde 2023, com temáticas de cunho institucional da Casa. A primeira produção foi sobre o Comitê de Responsabilidade Social.

Em 2024, a revista firma parceria com a TV Senado para exibição dos “webdocs” no programa Parlamento Brasil.



VEJA A GUMAS DAS GRANDES REPORTAGENS QUE FORAM DESTAQUE!



ABRIL DE 1996



FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL DE 2016



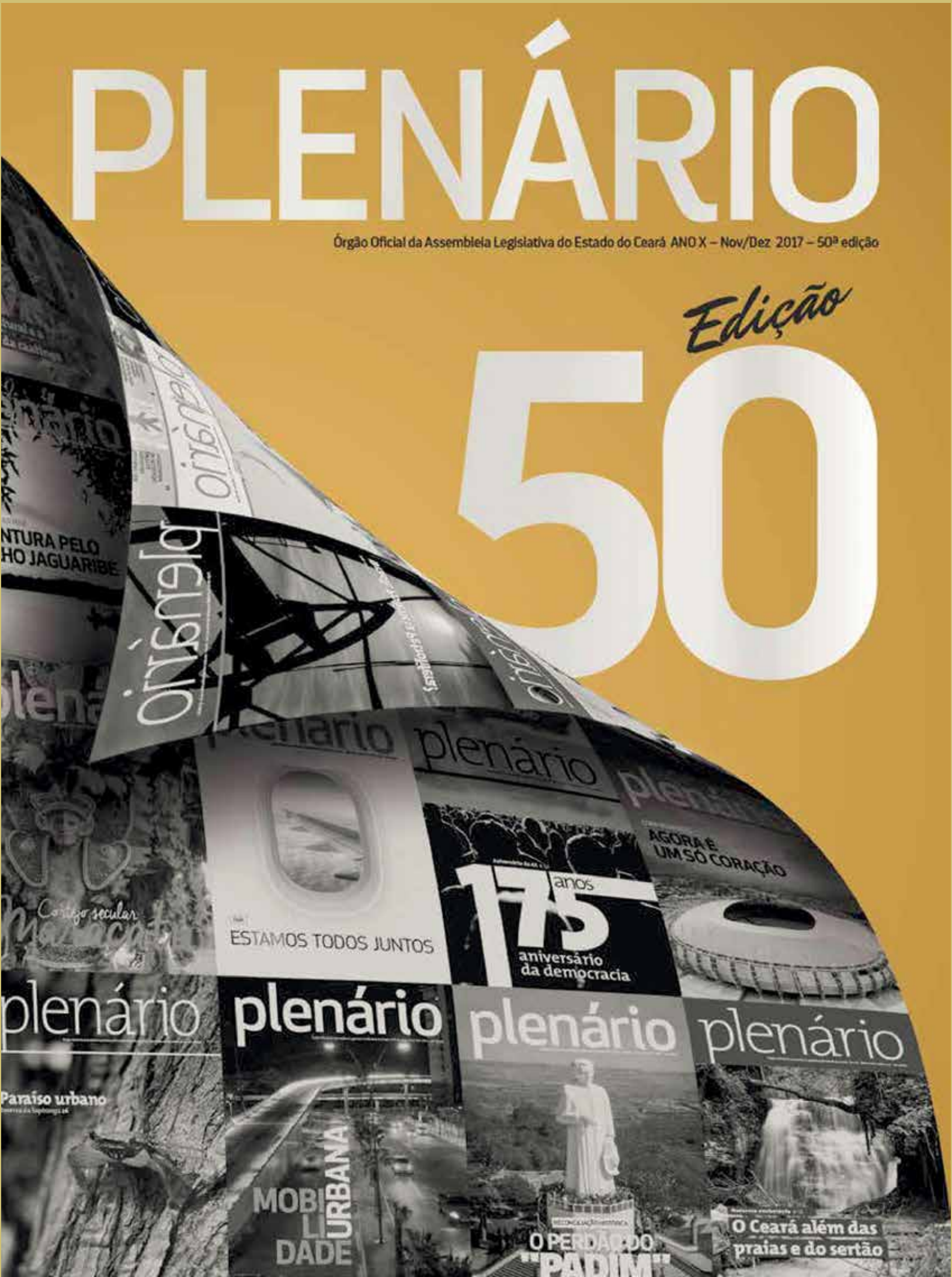
AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO DE 2016



MAIO, JUNHO E JULHO DE 2017



AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO DE 2017



NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2017

A NORMATIZAÇÃO DO

RESPEITO



Para algumas pessoas, conviver em sociedade é um desafio, porque elas não sabem de onde pode vir a próxima agressão, seja física ou psicológica. Nem todos têm a liberdade de ir e vir garantida e, nesses casos, ela precisa vir no formato de lei

Texto: Mariana Reis | mris@repositorio.ce.gov.br | Fotos: Rita Medeiros

N o dia 13 de junho de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passa a ser punida pelo Lei de Racismo (7.712/69). Trata-se de um crime inafiançável e imprescritível, segundo o novo constituinte, e pode ser punido com até cinco anos de prisão e em alguns casos, multa.

A secretária executiva de Direitos Humanos da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos (SPJ), Lia Gomes, vê a decisão com entusiasmo: "É um avanço que possibilita finalmente tratar como aquilo que realmente é – um crime – comportamentos hostis e desrespeitosos que fazem com que pessoas sofram de depressão, ansiedade, podendo até mesmo chegar ao suicídio, apenas por serem quem são".

Conforme o relatório Marco Victória de LGBT+, apresentado em 2018 pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada 20 horas, um LGBT é brutalmente assassinado ou se suicida vítima de LGBTfobia. Ainda segundo o estudo, o Brasil mata mais do que os 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra essa população.

No Ceará, em 2017, foram identificadas 39 assassinatos com possível incidência de LGBTfobia, totalizando uma média de quase três (2,9) por mês. O levantamento foi feito pelo Centro de Referência LGBT Instituto Diverso (CIGLBDI), da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF).

Entre as vítimas daquele ano está a ativista Dirlene dos Santos, considerada assassinada por um grupo de 12 homens no dia 13 de fevereiro de 2017, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza. O registro em vídeo da morte rapidamente viralizou e acendeu uma vez mais o alerta para o tipo de violência sofrida por gays, lésbicas, bissexuais, trans e travestis (LGBT+).

REVISTA PLENÁRIO 41

JULHO E AGOSTO DE 2019

Órgão Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
ANO XIII | Dez 2021 | Jan/Fev 2022 | 62ª edição

VERSÃO
DIGITAL
MOBILE
DESKTOP

PLENÁRIO



O SOBREVIVENTE

JOAQUIM BARBOSA RESISTIU AOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DO CEARÁ

DEZEMBRO DE 2021 E JANEIRO
E FEVEREIRO DE 2022

CAPA | SENADOR POMPEU

Texto: Dídio Lopes | didio.lopes@al.ce.gov.br | Fotos: Dário Gabriel

A o retornar ao local onde ficou exilado quando criança, Joaquim Alves Barbosa, que hoje tem 101 anos e é o único sobrevivente do Campo de Concentração de Patu, em Senador Pompeu, a 270 km de Fortaleza, relembra um passado difícil de esquecer. "Aqui o sofrimento foi grande. A maior lembrança que tenho da minha vida é da seca de 32. Não tinha brincadeira, brinquedo para criança. Não tinha nada. Só um alimento que a gente tinha sorte para escapar e pronto."

O ano era 1932, quando uma forte estiagem acometeu o Nordeste, e os retirantes que tentavam fugir da seca acabaram isolados sob a alegação do governo de que receberiam trabalho, comida e assistência médica. "A comida era uma ração de farinha que tinha uma cor azulada, café, rapadura e víscera de boi. Era muito triste. Tinha gente que comia aquilo, adoecia e de manhã já amanhecia morto. Dai tinha que enterrar logo", descreve o sobrevivente.

Durante a seca daquele ano, além do confinamento em Patu, outros seis campos de concentração foram instalados no Ceará: dois em Fortaleza (do Alagadiço e do Urubu) e outros nos municípios de Ipu, Quixeramobim, Crato e Cariri. Fora o isolamento em Senador Pompeu, Joaquim Alves também ficou recluso no Campo de Concentração do Urubu, quando chegou à capital com a sua família.

Ele conta que no Patu morreram dois dos quatro irmãos e, após a morte deles, foi com seu pai, mãe e os irmãos que sobre-

CAPA | SENADOR POMPEU

viveram para Fortaleza, em busca de uma "salvação", mas, ao chegar à cidade, encontraram a mesma dor e sofrimento. "A diferença entre os campos é que em Fortaleza a alimentação era um pouquinho melhor. Tinha farinha, feijão, arroz, açúcar, rapadura e macarrão. O povo pegava e cozinhava em casa. Já em Senador Pompeu, a gente comia a ração lá mesmo", conta.

Apesar da idade, Joaquim é memória viva e a lembrança de um período triste que não pode cair no esquecimento. "Não sei como hoje estou vivo contando a história, porque o senhor sabe que filho de pobre é sofredor, e eu, com uma idade dessa, ainda me admiro da minha memória", diz.

COM A PALAVRA



"É necessário que possamos conhecer nossa história e nossas raízes para compreender o que aconteceu e preservar a memória daqueles que, buscando sua sobrevivência, pereceram em terríveis campos de concentração. Ao reconhecer a relevância histórica e cultural do Campo de Patu, nos deparamos diretamente com a problemática da seca no Ceará. Precisamos entender que, em nosso Estado, a seca é uma realidade, por isso é necessário que possamos viabilizar e apoiar projetos e políticas públicas para que tenhamos uma convivência harmônica com a seca em seus momentos mais duros."

Deputado Marcos Sobreira (PDT)

12 REVISTA PLENÁRIO

“

Não sei como hoje estou vivo contando a história, porque o senhor sabe que filho de pobre é sofredor, e eu, com uma idade dessa, ainda me admiro da minha memória"

Joaquim Alves Barbosa,
sobrevivente do Campo do Patu



“

Meu pai dizia que ali era uma prisão e um verdadeiro matadouro de gente"

Alzira Lucinda Moraes de Lima,
filha de morador do Campo do Patu



LEMBRANÇAS

A primeira vez que a agricultora aposentada Alzira Lucinda Moraes de Lima, 70 anos, conheceu o Campo de Concentração de Patu foi quando o pai dela, Mário Antônio de Moraes, levou-a até o local, para contar os relatos de sobrevivência da seca de 1932. "Meu pai dizia que ali era uma prisão e um verdadeiro matadouro de gente", relembra.

Alzira não viveu no local, mas, ao voltar ao casarão dos inspetores, como é conhecido o prédio que vigiava os "retirantes da seca", pôde imaginar a dor que seu pai enfrentou. "Sem saber, era meu pai quem abria as covas para enterrar o pessoal. Até que um dia ele disse que não iria mais cavar os 'buracos' para enterrar gen-

te e fugiu. Os inspetores mandaram meu avô trazer ele de volta. E, quando voltou, disse que não faria mais aquele trabalho, então colocaram ele para carregar tijolos", recorda a aposentada.

O Campo de Concentração do Patu foi extinto no ano seguinte, em 1933, quando voltou a chover na região. Dos sete lugares de isolamento no Estado, apenas o de Senador Pompeu está preservado. Além do casarão dos inspetores, há outras edificações que foram usadas para dar apoio aos confinados. São eles: duas casas de pólvora, um armazém, um hospital, uma usina, um cemitério, quatro casas de apoio e uma estação de trem, além do cemitério.

REVISTA PLENÁRIO 13

MESA DIRETORA

PRESIDENTE

Evandro Leitão (PT)

1º VICE-PRESIDENTE

Fernando Santana (PT)

2º VICE-PRESIDENTE

Osmar Baquit (PDT)

1º SECRETÁRIO

Danniel Oliveira (MDB)

2A SECRETÁRIA

Juliana Lucena (PT)

3º SECRETÁRIO

João Jaime (Progressistas)

4º SECRETÁRIO

Oscar Rodrigues (UNIÃO BRASIL)